



Nota à comunidade

Em entrevista divulgada recentemente, o atual Ministro da Educação acusou as Universidades Federais de terem “plantações extensivas de maconha” e afirmou que “laboratórios de química” das universidades se transformaram em usinas de fabricação de drogas sintéticas, como metanfetamina. Numa postagem publicada em rede social no mesmo dia, o ministro fez menção lacônica a “drogas sintéticas na UFMG” ao divulgar o link para uma matéria jornalística, publicada há seis meses, com o título de “Polícia apura se insumos da UFMG são usados para fabricar drogas”.

Diante dessas acusações, o Conselho Universitário, reunido nesta data, julga-se no dever de vir a público e prestar, com respeito e compromisso com a verdade, esclarecimentos às comunidades interna e externa.

A ação policial a que se refere a matéria jornalística, ocorrida em maio deste ano, resultou na prisão de pessoas suspeitas de tráfico de drogas nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Findas as investigações, com as quais a UFMG prontamente colaborou, a sentença judicial, proferida em 24/10/2019, pelo Juiz de Direito da 3ª Vara de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte, da qual o MEC foi notificado, deixa claro que *nenhum dos acusados é estudante ou servidor da UFMG*, nem têm qualquer vínculo com a Instituição. Além disso, a sentença mostra que não há qualquer prova ou sequer indício que ampare a acusação improcedente de que houve uso dos laboratórios de química da UFMG para a fabricação de drogas ilícitas. O Juiz conclui que “deve ser frisado, que não existe nenhuma prova de que a direção das faculdades que serviram de palco para o delito tenham, de algum modo, concorrido para o fato criminoso ou mesmo tenham oficialmente sido cientificados da ocorrência”.

Esses elementos são absolutamente claros para descartar como indigna e repugnante, além de difamatória, a tentativa de associar a UFMG e seus laboratórios a práticas como a produção de drogas ilícitas. É fundamental, ainda, mencionar que, desde a notificação da ocorrência, a UFMG esteve à disposição das autoridades para o enfrentamento de um grave problema que atinge toda a sociedade e requer políticas públicas eficazes e articuladas. A esse respeito, cumpre lembrar a nota divulgada pelo Conselho Universitário em 31/05/2019, que já reiterava de modo inequívoco que “a UFMG não pactua com práticas ilegais e que ferem a dignidade humana e reafirma a permanente disposição da Instituição de cooperar com as autoridades”. Além disso, no exercício de sua autonomia, a UFMG tem atuado na implementação de medidas complementares de segurança, como a instalação de câmeras e controle de acesso, a revitalização das entidades de representação discente e dos espaços a elas dedicados, a reforma de espaços físicos e a implementação de melhorias na iluminação dos *campi*.

Além de ser uma instituição de qualidade reconhecida nacional e internacionalmente, a UFMG é um patrimônio do povo brasileiro que, ao longo de seus 92 anos de existência, tem tido enorme impacto na educação, na ciência, na saúde, na cultura e na tecnologia do Estado e do País. A disseminação de informações falsas sobre as Universidades Federais constitui não apenas uma ofensa à honra e à imagem dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação e estudantes dessas instituições, mas também um desrespeito com o patrimônio público do Brasil. O Conselho Universitário repudia o fato de que uma autoridade da República, a quem caberia cuidar e promover as Universidades Federais, ocupe-se em divulgar informações sem lastro com a verdade. Ao mesmo tempo, reitera o compromisso da UFMG com a observância dos preceitos legais, com o respeito aos direitos humanos e com a convivência responsável, pacífica e respeitosa de toda sociedade.

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2019.

Prof. Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho Universitário